

## Cardozo questiona atual AGU no Conselho de Ética da Presidência

O ex-advogado-geral da União José Eduardo Cardozo entrou com uma representação no Conselho de Ética da Presidência da República contra o atual AGU, Fabio Medina Osório, por ter determinado abertura de sindicância para apurar a atuação do advogado e ex-ministro da Justiça na defesa da presidente Dilma Rousseff. Osório afirma que a defesa de Cardozo foi “criminosa” por ter afirmado que o atual processo de *impeachment* é um golpe de estado.

Felipe Lampe



Para Cardozo, a ação de Osório é uma tentativa de intimidação do livre exercício da atuação de advogado.  
Felipe Lampe

Para Cardozo, a ação de Osório é uma tentativa de intimidação do livre exercício da atuação de um advogado e da defesa da presidente da República, violando o Estatuto da Advocacia, da Ordem dos Advogados do Brasil. Cardozo lembra o estatuto, que vale também para os advogados públicos, assegura ao advogado a “inviolabilidade por seus atos e manifestações”, a “liberdade” no exercício da profissão”, a “imunidade profissional” e a “independência em qualquer circunstância”.

O documento da OAB recomenda eticamente aos advogados que não devam ter “nenhum receio de desagradar magistrado ou qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade”, lembra Cardozo, na representação.

“A censura à liberdade de um advogado defender em um processo de natureza jurídico-política as teses que julga adequadas, em quaisquer circunstâncias, é inaceitável em um Estado Democrático de Direito ou para quem o respeite. Por isso, sem prejuízo de outras medidas jurídicas, representarei ao Conselho de Ética da Presidência da República contra o ato ofensivo contra mim praticado pelo advogado-geral da União”, diz o ex-AGU.

Na representação, Cardozo afirma que vai continuar a afirmar, no exercício da advocacia, que o *impeachment* de Dilma está sendo processado sem base constitucional e que seria um “golpe”. Ele lembra que o atual advogado-geral da União já manifestou em abril de 2015, em entrevista à imprensa, o mesmo ponto de vista jurídico. “Causa espécie ainda que a acusação de crime contra mim dirigida pelo atual Advogado-Geral da União venha de pessoa que anteriormente defendeu publicamente o mesmo



ponto de vista jurídico que hoje defendo.”

Na entrevista citada, publicada pelo *Diário do Grande ABC*, Osório declara que “o *impeachment*, como todo processo de responsabilização, tem elemento político muito forte, mas não pode ser arbitrário. Do contrário pode se transformar em espécie de golpe. Golpe revestido de institucionalidade”.

Clique [aqui](#) para ler a representação.

**Date Created**

31/05/2016